

AGENDA INSTITUCIONAL

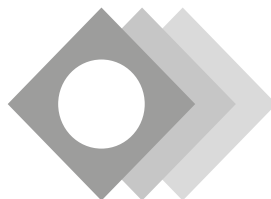
2026

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



RONDÔNIA

Agenda estadual do comércio de bens, serviços e turismo



RONDÔNIA



Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Rondônia | 2026

Presidente: Raniery Araújo Coelho

1º Vice-presidente: Pedro Jucá de Oliveira

2º Vice-presidente: Julio Cezar Gasparelo

3º Vice-presidente: Leonardo Calixto da Silva

1º Diretor Secretário: José da Silva Honório

2º Diretor Secretário: Glaci Kern Hartmann

1º Diretor Tesoureiro: Hélio Hirayuki Natori

2º Diretor Tesoureiro: Diego Prado Aguiar

Diretor Sindical: Abraão Lima Viana

Diretoria Suplentes:

Antônio Ribeiro das Neves

Claudio Norio Hikague

Thaiana Pinheiro Lima

Paulo Renato Grillo

Evaldo da Rocha Maia

Arthur Gomes Rocha

Cley Jefferson de Medeiros Muniz

José de Souza Arcanjo

Francisca Alves da Silva

Conselho Fiscal Efetivo:

Genésio Teles de Carvalho

Manuel Anastácio das Graças e Silva

Aires Ribeiro de Matos

Conselho Fiscal Suplentes:

Gilberto Rocha Quintiliano de Souza

José Nilson de Oliveira

Valdelucia Monteles Mendes

Delegados Representantes junto à CNC:

1º Delegado Representante junto à CNC: Raniery Araújo Coelho

2º Delegado Representante Junto à CNC: Osmar Santana Lima

1º Suplente de Delegado Representante Junto a CNC: Pedro Jucá de Oliveira

2º Suplente de Delegado Representante Junto a CNC: Genésio Tele de Carvalho

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024 | 3ª edição 2025 | 4ª edição 2026

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação (CNC)

Diagramação e Ilustração: Vivian Kilsztok Bittencourt (CNC)

Revisão: Ilan Wettreich

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia

Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo: Rondônia. / Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia: Fecomércio-RO, 2026.

36 p.: il.: color.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Comércio. 3. Serviços. 4. Turismo. 5. Políticas públicas. 6. Qualificação profissional. 7. Infraestrutura. 8. Rondônia. I. Título.

CDD 338.9817

CNC - Rio de Janeiro

Av. General Justo, 307

CEP 20021-130

PABX: (21) 3804-9200

CNC - Brasília

SBN Quadra 1 Bl. B - n° 14

CEP 70041-902

PABX: (61) 3329-9500/3329-9501

www.portaldocomercio.org.br

Bibliotecário responsável: Luisa Abreu – CRB-7: n.6758



Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Panorama do estado de Rondônia: desafios e potencialidades	8
1. Desenvolvimento econômico, comercial e ambiente de negócios	10
1.1 Competitividade tributária e recuperação de margens	11
1.2 Modernização comercial e concorrência com o comércio eletrônico	11
1.3 Desburocratização e ambiente regulatório	12
1.4 Compras governamentais e desenvolvimento econômico local	12
2. Logística, infraestrutura e integração regional	14
2.1 Logística rodoviária e hidroviária	15
2.2 Guajará-Mirim: fronteira, porto seco e integração internacional	15
2.3 Conectividade aérea	16
3. Trabalho, qualificação e produtividade	18
3.1 Ampliação da qualificação profissional alinhada às demandas do comércio, serviços e turismo	19
4. Inovação, tecnologia e transformação digital	20
4.1 Integração dos ecossistemas de inovação	21
4.2 Capacitação tecnológica	21
5. Segurança pública e combate à ilegalidade	22
5.1 Segurança nos centros comerciais	23
5.2 Combate ao comércio ilegal e à receptação	23
6. Energia, desenvolvimento urbano e sustentabilidade	24
6.1 Custo e confiabilidade energética	25
6.2 Revitalização urbana e mobilidade em áreas comerciais	25
6.3 Regularização fundiária e saneamento básico	26
7. Turismo, desenvolvimento regional e inclusão econômica	28
7.1 Estruturação do turismo de natureza, fronteira e pesca esportiva	29
7.2 Eventos, feiras e promoção comercial	29



Apresentação

Palavra do Presidente

Agenda Institucional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Rondônia – Ciclo 2027-2030

"O desenvolvimento de Rondônia se constrói com diálogo, planejamento e ação conjunta entre governo, setor produtivo e sociedade."

O Estado de Rondônia ocupa uma posição estratégica no cenário econômico da Amazônia Ocidental. Sua localização geográfica, a proximidade com mercados internacionais e o crescente protagonismo na Região Norte conferem ao Estado vantagens competitivas que precisam ser potencializadas por meio de políticas públicas articuladas e de uma visão de longo prazo construída em conjunto com o setor produtivo.

É neste contexto que se insere a presente Agenda Institucional do Comércio, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia, elaborada em colaboração com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

É preciso ressaltar que este documento não foi elaborado de forma isolada. Ele é o resultado de um amplo processo de diálogo com as lideranças empresariais, os sindicatos patronais e representantes dos segmentos que compõem a base produtiva rondoniense. Esta construção coletiva permitiu consolidar a visão do setor produtivo sobre os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento econômico de Rondônia no período de 2027 a 2030.

A Agenda tem como propósito servir como instrumento de orientação para a formulação e implementação de políticas públicas, apresentando propostas concretas voltadas ao fortalecimento do comércio de bens, serviços e turismo - setor responsável por parcela significativa da geração da renda e do emprego, da arrecadação tributária e da promoção do desenvolvimento de Rondônia.

As propostas reunidas neste documento estão orientadas por quatro grandes diretrizes:

1. Ampliação da competitividade do setor produtivo estadual;
2. Fortalecimento do ambiente de negócios em Rondônia;
3. Geração de emprego e renda de forma sustentada;
4. Construção de um modelo de desenvolvimento integrado, articulado em torno da logística; da inovação, da qualificação profissional e do crescimento regional equilibrado. Apesar das vantagens competitivas naturais do Estado, a Agenda reconhece a persistência de entraves estruturais que limitam o pleno aproveitamento do potencial rondoniense como o elevado custo logístico, a perda de competitividade tributária, a insegurança pública, e a burocracia administrativa e a falta de aproveitamento do potencial turístico e tecnológico estadual.

A Agenda, porém, aponta que Rondônia possui condições ímpares para se consolidar como um hub econômico da Amazônia Ocidental, desde que sejam adotadas medidas estruturantes que:

- Integrem infraestrutura, logística e conectividade;
- Estimulem a inovação e a digitalização dos negócios;
- Promovam a qualificação da força de trabalho;
- Valorizem os atributos turísticos, culturais e ambientais do Estado.

Esta Agenda representa, portanto, um pacto entre o setor produtivo e as instituições, com o objetivo de orientar decisões públicas e privadas rumo a uma Rondônia mais competitiva, inclusiva e desenvolvida. Que este documento sirva como bússola estratégica para os próximos anos, contribuindo para a construção de um ambiente de negócios mais favorável, para a geração de oportunidades e para a elevação da qualidade de vida da população rondoniense.



Introdução

Construída a partir do diálogo com lideranças empresariais, sindicatos patronais e representantes dos diversos segmentos econômicos de Rondônia, este documento consolida a visão do setor produtivo sobre os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento econômico do Estado no período de 2027 a 2030. O documento reúne propostas voltadas à ampliação da competitividade, ao fortalecimento do ambiente de negócios, à geração de emprego e renda e à construção de um modelo de desenvolvimento capaz de integrar logística, inovação, qualificação profissional e crescimento regional.

A construção desta Agenda parte do entendimento de que Rondônia reúne vantagens competitivas relevantes, decorrentes de sua localização estratégica na Amazônia Ocidental, de sua proximidade com mercados internacionais e de seu crescente protagonismo econômico na Região Norte. Entretanto, persistem desafios estruturais ligados ao elevado custo logístico, à perda de competitividade tributária, à insegurança pública, à burocracia administrativa e ao subaproveitamento do potencial turístico e tecnológico estadual.

O documento servirá como instrumento de orientação para políticas públicas que fortaleçam as empresas locais, apresentando propostas concretas para o fortalecimento do comércio de bens, serviços e turismo, setor responsável por parcela significativa da geração de emprego, renda, arrecadação e desenvolvimento social em Rondônia.

A partir das contribuições recebidas, as propostas foram organizadas em sete eixos temáticos estratégicos: (1) Desenvolvimento Econômico, Comercial e Ambiente de Negócios; (2) Logística, Infraestrutura e Integração Regional; (3) Trabalho, Qualificação e Produtividade; (4) Inovação, Tecnologia e Transformação Digital; (5) Segurança Pública e Combate à Ilegalidade; (6) Energia, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade; e (7) Turismo, Desenvolvimento Regional e Inclusão Econômica.

O propósito da Fecomércio-RO é elevar o nível do diálogo entre a iniciativa privada e a esfera governamental. Espera-se, com isso, que as prioridades estratégicas rondonienses sejam absorvidas pelos planos de governo e agendas legislativas, norteadas as ações de desenvolvimento regional ao longo de todo o ciclo de 2027 a 2030.



Panorama do estado de Rondônia: desafios e potencialidades

Rondônia é hoje a terceira maior economia da Região Norte, respondendo por cerca de 0,7% do PIB nacional. O Estado vem registrando uma das trajetórias de crescimento mais consistentes do País: o PIB estadual saltou de R\$ 47 bilhões em 2019 para R\$ 76,4 bilhões em 2023, com estimativas apontando para cerca de R\$ 81,4 bilhões em 2025 e projeção de crescimento de 5,5% no ano, uma das maiores taxas entre os estados brasileiros. Os serviços respondem por mais de 60% do Valor Adicionado Bruto estadual, à frente da agropecuária e da indústria.¹

O mercado de trabalho reflete esse dinamismo: ao longo de 2025, Rondônia ocupou consistentemente a 2ª posição nacional em menor taxa de desemprego, com índices trimestrais entre 2,3% e 3,1%, atrás apenas de Santa Catarina e Mato Grosso.² Esse dado, porém, revela também um desafio: em um mercado aquecido e com baixa disponibilidade de mão de obra ociosa, a competitividade das empresas passa a depender cada vez mais da qualificação e da produtividade dos trabalhadores já inseridos no mercado, e não apenas da geração de novos postos.

Do lado da infraestrutura, o Estado vive um ciclo histórico de investimentos: a concessão da BR-364 prevê R\$ 12,8 bilhões ao longo de 30 anos e a hidrovia do Rio Madeira está em processo de concessão, mas ainda convive com um “custo invisível” da má conservação viária. Soma-se a isso uma das cargas tributárias mais elevadas do País, com alíquota padrão de ICMS de 19,5%, entre as maiores do Brasil.

No campo do turismo, Porto Velho foi reconhecida em 2025 como Capital Nacional da Pesca Esportiva, mas o Estado segue pouco presente nos roteiros do turista brasileiro. Já no eixo da segurança, apesar de dados oficiais da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sedesc) mostrarem redução expressiva de crimes patrimoniais nos últimos anos – incluindo furtos e roubos a estabelecimentos comerciais³ –, a percepção de segurança relatada pelos próprios empresários do comércio, especialmente nos centros comerciais, segue sendo motivo de preocupação, o que reforça a proteção do comércio e o combate à receptação como prioridades para o setor.

Esse panorama revela um Estado com potencial de crescimento acima da média nacional, mas cujo desenvolvimento depende da redução de custos estruturais, logísticos, tributários e regulatórios e do aproveitamento de oportunidades ainda pouco exploradas. É para isso que se voltam os sete eixos temáticos que estruturam esta Agenda.

¹ Governo do Estado de Rondônia (Sepog/Contas Regionais do IBGE)

² IBGE (PNAD Contínua); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico de Rondônia (Sedec).

³ Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia (Sesdec).



1. Desenvolvimento econômico, comercial e ambiente de negócios

Rondônia convive com uma das cargas tributárias mais elevadas do País. A alíquota padrão do ICMS foi elevada para 19,5% em 2024, entre as maiores do Brasil, além da concorrência crescente do comércio eletrônico e de um ambiente regulatório que impõe barreiras à abertura e manutenção de empresas. Ao mesmo tempo, o poder de compra do Estado segue subutilizado como instrumento de fortalecimento de fornecedores locais. Fortalecer esse ambiente de negócios exige atuação coordenada em quatro frentes.

1.1 Competitividade Tributária e Recuperação de Margens

A elevação da alíquota padrão de ICMS para 19,5% desde janeiro de 2024 colocou Rondônia entre os estados com maior carga tributária sobre o consumo do País, pressionando diretamente as margens de micro, pequenas e médias empresas. Soma-se a isso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (Fecoep), que agrega um adicional de até 3% sobre a alíquota de ICMS de determinados produtos, com arrecadação hoje direcionada ao tripé saúde, educação e segurança. O comércio, que responde por mais de 70% da economia rondoniense e está entre os setores que mais geram emprego e arrecadação para o Estado, é um dos setores produtivos menos beneficiados pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado de Rondônia (Conder), responsável por deliberar sobre os recursos do Fundo de Investimento e de Desenvolvimento Industrial do Estado (Fider). Embora a legislação do Fider preveja, formalmente, atendimento também a empresas comerciais e de serviços, os projetos aprovados pelo Conder nos últimos anos têm se concentrado, na prática, em iniciativas industriais, evidenciando uma lacuna na aplicação de recursos ao setor que mais emprega no Estado. O cenário se soma ainda à incerteza regulatória gerada pela implementação da reforma tributária, cujas regras de transição ainda não contemplam de forma clara as especificidades da Região Norte.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Revisão de alíquotas estaduais sensíveis à atividade produtiva:** Avaliar, junto à Secretaria de Estado de Finanças (Sefin), alíquotas de ICMS que incidem sobre insumos e produtos de maior relevância para o comércio e os serviços, buscando equilíbrio entre arrecadação e competitividade das empresas.
- **Ampliação do acesso do comércio aos recursos do Fider e do Fecoep:** Como a legislação do Fider já prevê, no papel, atendimento a empresas comerciais e de serviços, propor ao Conder critérios efetivos de destinação de recursos ao setor, além de direcionar parte da arrecadação do Fecoep a um Plano Estadual de Melhoria dos Centros Comerciais (calçadas, iluminação pública e segurança).
- **Estratégia estadual de competitividade fiscal:** Construir, em conjunto com o governo do Estado, um plano de médio prazo para recuperação gradual da competitividade tributária de Rondônia frente aos demais estados.

1.2 Modernização Comercial e Concorrência com o Comércio Eletrônico

O Estado já sinalizou reconhecer o peso da concorrência digital ao reduzir, para empresas da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, a alíquota interestadual incidente sobre vendas de comércio eletrônico de 12% para 1%. Ainda assim, o comércio físico tradicional do restante do Estado segue exposto à concorrência de grandes plataformas nacionais e internacionais, que costumam operar com estruturas tributárias e logísticas mais vantajosas do que as disponíveis ao pequeno varejo local.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Programa Estadual de Digitalização do Pequeno Comércio:** Criar uma linha de apoio técnico e financeiro para que micro e pequenas empresas rondonienses adotem canais de venda digitais e meios de pagamento modernos.
- **Reativação da plataforma Rondônia Tem Tudo com incentivo tributário vinculado:** Reativar o marketplace

estadual, desenvolvido em parceria com a Fecomércio-RO, associando-o a uma redução efetiva de ICMS para as vendas realizadas por empresas cadastradas, como forma de equilibrar a concorrência com o comércio eletrônico externo.

- **Campanhas de valorização do consumo local:** Apoiar campanhas estaduais e municipais de estímulo ao consumo em estabelecimentos rondonienses, em parceria com sindicatos patronais.

1.3 Desburocratização e Ambiente Regulatório

Iniciativas recentes, como o programa Fisconforme e o Refaz ICMS 2025 – que já reduziu em cerca de 50% a entrada de novos processos no Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais –, mostram avanços do Estado na simplificação da relação com o contribuinte. Ainda assim, o tempo e o custo de conformidade para abrir, alterar e manter uma empresa regularizada em Rondônia seguem entre os principais entraves relatados por empreendedores em todo o Brasil, especialmente para negócios de menor porte.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Simplificação da abertura e regularização de empresas:** Reduzir o número de etapas e o tempo médio para abertura, alteração e baixa de empresas, com metas públicas de desempenho.
- **Digitalização integral do atendimento ao empresário:** Ampliar a integração de licenças, alvarás e autorizações em plataforma digital única, com acompanhamento em tempo real pelo empresário.
- **Prazos máximos para análise de processos:** Instituir prazos regulamentares para resposta a pedidos de licenciamento e vistoria, com aplicação efetiva do princípio do silêncio positivo previsto na Lei de Liberdade Econômica.

1.4 Compras Governamentais e Desenvolvimento Econômico Local

A legislação federal já assegura tratamento diferenciado a micro e pequenas empresas em licitações públicas, mas o aproveitamento desse instrumento como vetor de desenvolvimento local depende de regulamentação e prática efetiva em nível estadual e municipal. Em um estado com forte presença de pequenos negócios no setor de comércio e serviços, o poder de compra público representa uma alavanca ainda pouco explorada para fortalecer cadeias de fornecimento locais.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Política Estadual de Compras Governamentais Locais:** Instituir critérios de incentivo à contratação de fornecedores rondonienses em licitações estaduais e municipais, respeitados os limites legais.
- **Capacitação de micro e pequenas empresas para licitações:** Oferecer formação prática sobre participação em processos licitatórios, ampliando o acesso de pequenos negócios ao mercado de compras públicas.



2. Logística, infraestrutura e integração regional

A logística está entre os principais gargalos estruturais para a competitividade de Rondônia. A dependência quase exclusiva do modal rodoviário, os efeitos da estiagem do Rio Madeira, o subaproveitamento do potencial de Guajará-Mirim e a deficiência da conectividade aérea formam um conjunto de restrições que eleva custos, isola regiões e limita o desenvolvimento do interior do Estado. A mudança de paradigma defendida pelo setor é clara: tratar a logística não como problema a ser contornado, mas como instrumento de desenvolvimento econômico e de integração regional e internacional.

2.1 Logística Rodoviária e Hidroviária

A concessão da BR-364 entre Porto Velho e Vilhena, assinada em 2025, prevê R\$ 12,8 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos, com aportes já antecipados para reduzir riscos críticos no corredor que escoia a produção agrícola da região. Mesmo assim, a concessionária reconhece que a rodovia ainda carrega um passivo histórico de conservação, enquanto a concessão da hidrovia do Rio Madeira, alternativa estratégica ao modal rodoviário, segue em fase de estruturação.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Apoio à concessão e à navegabilidade permanente da hidrovia do Rio Madeira:** Defender a conclusão célere do processo de concessão e a garantia de calado mínimo ao longo de todo o ano, reduzindo a dependência exclusiva do modal rodoviário.
- **Política Estadual de Logística Integrada:** Articular estrutura de planejamento que integre os modais rodoviário e hidroviário às necessidades específicas do comércio e dos serviços.
- **Integração multimodal da infraestrutura de transportes:** Estruturar política permanente de integração entre os modais rodoviário, hidroviário, aéreo e fronteiriço, priorizando investimentos em terminais intermodais, centros logísticos e infraestrutura de conexão, com o objetivo de reduzir custos operacionais, ampliar a competitividade empresarial e melhorar a circulação de mercadorias e pessoas no Estado.
- **Logística como eixo estruturante do desenvolvimento estadual:** Incorporar a logística às estratégias de desenvolvimento econômico de Rondônia, orientando investimentos públicos e articulações institucionais para fortalecer a integração regional, ampliar o acesso a mercados, atrair novos empreendimentos e consolidar o Estado como um importante corredor de comércio e serviços da Amazônia Ocidental.

2.2 Guajará-Mirim: Fronteira, Porto Seco e Integração Internacional

Guajará-Mirim ocupa posição estratégica na fronteira com a Bolívia, historicamente amparada por incentivos fiscais de Área de Livre Comércio.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Garantia dos incentivos fiscais para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim:** Adequação estadual conforme previsto no Art. 460 da LC 214/2025 – que regulamenta a CBS e o IBS.
- **Implantação de Porto Seco em Guajará-Mirim:** Viabilizar estrutura alfandegária que permita o processamento de cargas na fronteira com a Bolívia, aproveitando a expansão dos corredores logísticos sul-americanos.
- **Plataforma logística internacional na fronteira:** Desenvolver, em parceria com o governo do Estado e órgãos federais, projeto de integração econômica entre Rondônia e a Bolívia, via Guajará-Mirim.

2.3 Conectividade Aérea

A dimensão territorial de Rondônia e a distância entre seus polos econômicos tornam a conectividade aérea um fator relevante de competitividade, tanto para a circulação de empresários e profissionais quanto para o acesso do Estado a mercados consumidores e turísticos de outras regiões do País. A ampliação da malha aérea regional é uma pauta recorrente em estados do Norte com características geográficas semelhantes às de Rondônia.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Ampliação da malha aérea regional:** Articular junto às companhias aéreas, órgãos competentes e demais atores do setor iniciativas voltadas à ampliação da oferta de voos e da integração aérea entre Rondônia e os principais centros econômicos do País.
- **Inclusão de Rondônia em programas federais de aviação regional:** Buscar a inserção do Estado em programas de subsídio e fomento à aviação regional, ampliando o acesso a voos com preços competitivos.



3. Trabalho, qualificação e produtividade

Rondônia vive um paradoxo positivo: ocupa a 2ª posição nacional em menor taxa de desemprego (entre 2,3% e 3,1% em 2025), mas esse mesmo dinamismo do mercado de trabalho aumenta a pressão por qualificação, já que a expansão dos setores de comércio, serviços e turismo exige, cada vez mais, profissionais especializados. O Estado já conta com uma rede consolidada de formação profissional – com destaque para a atuação do Senac –, e o desafio deste eixo é justamente ampliar o alcance, a escala e a atualização dessa oferta para acompanhar o ritmo de crescimento da economia estadual.

3.1 Ampliação da Qualificação Profissional Alinhada às Demandas do Comércio, Serviços e Turismo

O Senac já responde por centenas de cursos técnicos e de qualificação gratuitos ofertados anualmente em Rondônia, incluindo iniciativas recentes voltadas à inteligência artificial e a competências digitais. Com o mercado de trabalho aquecido e baixa taxa de desemprego, o principal desafio deixa de ser apenas a geração de vagas e passa a ser garantir que a escala e a atualização dessa oferta acompanhem o ritmo de expansão do comércio, dos serviços e do turismo, sobretudo fora da capital.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Plano estadual de expansão da qualificação profissional para o setor terciário:** Articular governo do Estado e Senac na ampliação conjunta da oferta de cursos técnicos e de qualificação voltados a comércio, serviços e turismo, priorizando municípios do interior e regiões de fronteira.
- **Atualização curricular para competências digitais:** Incorporar, de forma permanente, conteúdos de vendas digitais, atendimento ao cliente e uso de tecnologia à grade de cursos de qualificação já ofertados no Estado.
- **Mapeamento contínuo de demandas por competências:** Criar mecanismo permanente de escuta entre sindicatos patronais e as instituições de ensino profissionalizante, para orientar a atualização da oferta formativa às necessidades reais das empresas.
- **Revisão de obstáculos ao cumprimento de cotas de aprendizagem:** Avaliar, junto às entidades representativas, dificuldades específicas de segmentos do comércio e serviços no cumprimento das cotas legais de aprendizagem, propondo soluções práticas de adequação.



4. Inovação, tecnologia e transformação digital

Rondônia tem avançado no fomento a startups e ao empreendedorismo inovador, com iniciativas que já alcançaram empreendedores em ações de capacitação e networking. O desafio atual é integrar essas iniciativas – muitas vezes dispersas entre polos estaduais e municipais – e ampliar o acesso de micro e pequenas empresas de comércio, serviços e turismo à capacitação tecnológica.

4.1 Integração dos Ecossistemas de Inovação

O Estado conta com diferentes ambientes voltados à inovação e ao empreendedorismo, geridos por instituições estaduais, municipais e de ensino, mas ainda com baixa articulação entre si. Essa fragmentação dificulta que micro e pequenas empresas de comércio, serviços e turismo – que respondem pela maior parte dos negócios rondonienses – identifiquem e acessem com facilidade os programas de apoio disponíveis.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Rede estadual de ecossistemas de inovação:** Integrar formalmente os ambientes de inovação estaduais e municipais, instituições de ensino e o setor produtivo, evitando sobreposição de esforços e ampliando o alcance das iniciativas existentes.
- **Ampliação do acesso de pequenas empresas a programas de inovação:** Criar critérios específicos para que micro e pequenas empresas de comércio, serviços e turismo acessem editais e recursos de fomento à inovação.

4.2 Capacitação Tecnológica

Programas estaduais de capacitação tecnológica e eventos de networking já alcançaram milhares de empreendedores rondonienses nos últimos anos. Ainda assim, a aplicação prática dessas tecnologias na gestão e nas vendas do dia a dia segue incipiente na maioria dos pequenos negócios do Estado, que carecem de programas voltados especificamente à realidade do comércio e dos serviços.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Programa de capacitação em tecnologia e inteligência artificial para pequenos negócios:** Incentivar a disseminação de conhecimentos e boas práticas relacionadas ao uso de tecnologias digitais, automação e inteligência artificial na gestão e nas vendas dos setores de comércio e serviços, aproveitando programas e iniciativas já existentes.
- **Incentivos à transformação digital dos pequenos negócios:** Criar linha de crédito ou subsídio específico para aquisição de equipamentos e sistemas de gestão digital por micro e pequenas empresas.



5. Segurança pública e combate à ilegalidade

Rondônia apresentou avanços relevantes nos indicadores de segurança pública nos últimos anos, com redução de diversos crimes patrimoniais. Apesar desse cenário positivo, a percepção de parcela significativa do setor produtivo ainda é de que persistem desafios relacionados à segurança em áreas de intensa atividade comercial, especialmente nos centros urbanos de maior circulação. Nesse contexto, o fortalecimento do policiamento ostensivo, a ampliação da presença preventiva das forças de segurança e o combate ao comércio irregular permanecem entre as principais prioridades apontadas pelos empresários para a melhoria do ambiente de negócios.

5.1 Segurança nos Centros Comerciais

A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec) registra queda de 47% nos roubos a estabelecimentos comerciais entre 2015 e 2024 (52% em Porto Velho). Como frente complementar para os próximos anos, entidades como a Assembleia Legislativa já sinalizaram a relevância de um novo concurso público para soldados e cabos da Polícia Militar – categoria sem seleção geral desde 2014 –, iniciativa que ajudaria a reforçar o policiamento ostensivo nos centros comerciais e a diminuir a sensação de insegurança que ainda impacta a rotina de empresários, trabalhadores e consumidores.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Apoio à realização de concurso público para recomposição do efetivo de praças da Polícia Militar:** Apoiar a abertura de concurso amplo para soldados e cabos – categoria sem seleção geral desde 2014 –, priorizando a lotação em regiões de maior concentração comercial.
- **Expansão de programas de policiamento comunitário em áreas comerciais:** Ampliar, para outros municípios polo, iniciativas já testadas em Porto Velho de policiamento ostensivo dedicado a áreas de comércio.
- **Ampliação do videomonitoramento em centros comerciais:** Expandir a cobertura de câmeras de segurança integradas às centrais de monitoramento estaduais em regiões de maior concentração comercial.
- **Plano estadual de segurança para o comércio:** Instituir instância permanente de diálogo entre Sesdec e entidades do comércio para monitorar indicadores – inclusive de efetivo policial disponível por região – e direcionar ações preventivas a áreas de maior incidência.

5.2 Combate ao Comércio Ilegal e à Receptação

A comercialização de produtos sem origem comprovada e a receptação de mercadorias furtadas – fenômeno observado em diferentes estados brasileiros, especialmente em regiões de fronteira e forte fluxo comercial – representam concorrência desleal para empresas regularizadas e dificultam o combate ao crime patrimonial. O fortalecimento da fiscalização sobre canais de revenda informal é complementar aos avanços já obtidos na segurança ostensiva.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Fortalecimento da fiscalização sobre produtos sem origem comprovada:** Fortalecer a cooperação entre órgãos de fiscalização, defesa do consumidor e segurança pública para coibir a comercialização de mercadorias sem comprovação de origem ou em desacordo com a legislação vigente.
- **Controle sobre estabelecimentos de reciclagem e sucata:** Aprimorar a regulamentação e a fiscalização de ferros-velhos e recicladoras, reduzindo canais de escoamento de produtos furtados.



6. Energia, desenvolvimento urbano e sustentabilidade

A competitividade das empresas rondonienses depende de fatores estruturais que influenciam diretamente seus custos operacionais, sua produtividade e sua capacidade de atrair consumidores. Entre esses fatores, destacam-se a disponibilidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica, a qualidade dos espaços urbanos onde os negócios estão instalados e o acesso à infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento econômico.

Em Rondônia, o avanço da geração distribuída de energia, especialmente por meio da fonte solar, abre oportunidades para redução de custos e aumento da sustentabilidade das atividades empresariais, mas também exige atenção às mudanças regulatórias que afetam a previsibilidade dos investimentos. Da mesma forma, a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade, da iluminação pública, da regularização fundiária e do saneamento básico contribui para a valorização dos centros comerciais, a atração de investimentos e a expansão das atividades de comércio, serviços e turismo.

6.1 Custo e Confiabilidade Energética

A transição das regras de compensação de energia solar prevista pela Lei nº 14.300/2022 – que institui cobrança progressiva sobre o uso do sistema de distribuição por consumidores com geração própria – tem impacto direto sobre o retorno financeiro de investimentos em energia solar por empresas e famílias rondonienses. Em um estado com forte potencial de geração distribuída, a previsibilidade regulatória é fator determinante para sustentar o interesse do setor produtivo por fontes renováveis.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Acompanhamento das regras de compensação de energia solar:** Constituir canal de diálogo entre Fecomércio-RO, distribuidora local e Agência Reguladora estadual para acompanhar mudanças na regulamentação da geração distribuída.
- **Incentivos à geração de energia renovável para uso empresarial:** Defender linhas de crédito e incentivos fiscais estaduais para adoção de energia solar e outras fontes renováveis por empresas de comércio, serviços e turismo.

6.2 Revitalização Urbana e Mobilidade em Áreas Comerciais

Municípios como Porto Velho têm investido na revitalização de praças e vias do entorno comercial – a exemplo das obras na Praça Jonathas Pedrosa e na Avenida Sete de Setembro, além da padronização de calçadas prevista em lei municipal – e na ampliação de vagas de estacionamento no centro da capital, reconhecendo o vínculo direto entre qualidade do espaço urbano e movimento do comércio. Ainda assim, essas iniciativas seguem concentradas na capital e carecem de continuidade e replicação em outros polos comerciais do interior.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Programa Estadual de Apoio à Revitalização de Áreas Comerciais:** Criar linha de cooperação técnica e financeira entre Estado e municípios para revitalização de calçadas, iluminação e mobiliário urbano em corredores comerciais, priorizando os polos regionais além da capital.
- **Integração entre planejamento de mobilidade urbana e interesses do comércio:** Assegurar a participação de sindicatos patronais nos processos de revisão de planos diretores e projetos de mobilidade que afetem o acesso e o estacionamento em áreas comerciais.

6.3 Regularização Fundiária e Saneamento Básico

A segurança jurídica da propriedade e o acesso à infraestrutura de saneamento constituem elementos essenciais para a atração de investimentos, expansão de atividades econômicas e valorização imobiliária. Os avanços observados na regularização fundiária e na ampliação dos serviços de água e esgoto representam oportunidades para fortalecer o ambiente de negócios e ampliar a instalação de empreendimentos em áreas urbanas ainda carentes de infraestrutura adequada.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Priorização de áreas comerciais nos programas de regularização fundiária:** Sugerir, nos mutirões da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária (Sepat), inclusão de critérios que priorizem a titulação de imóveis com uso comercial em áreas urbanas consolidadas.
- **Acompanhamento da regionalização dos serviços de água e esgoto:** Participar, por meio de assento no colegiado microrregional, do processo de concessão regionalizada de água e esgoto, com atenção aos prazos de universalização em áreas de concentração comercial.



7. Turismo, desenvolvimento regional e inclusão econômica

Rondônia vive um momento favorável no turismo, com Porto Velho reconhecida em 2025 como Capital Nacional da Pesca Esportiva, apoiada na concentração de mais de 800 espécies de peixes catalogadas no Rio Madeira. Apesar disso, o Estado ainda é pouco presente nos roteiros do turista brasileiro e carece de uma agenda robusta de eventos e feiras que amplie oportunidades de negócio para o comércio local.

7.1 Estruturação do Turismo de Natureza, Fronteira e Pesca Esportiva

O reconhecimento de Porto Velho como Capital Nacional da Pesca Esportiva e Capital do Turismo de Observação de Aves, somado à riqueza natural do Rio Madeira, oferece à capital e ao Estado um ativo turístico ainda pouco explorado comercialmente fora do público internacional especializado. O desafio agora é transformar esse reconhecimento em roteiros turísticos estruturados, promovidos junto ao público brasileiro, que gerem receita para o comércio e os serviços locais.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Plano Estadual de Turismo com foco no mercado nacional:** Ampliar a promoção de Rondônia junto ao turista brasileiro, hoje menos representado que o público internacional, aproveitando o reconhecimento já obtido em pesca esportiva e ecoturismo.
- **Qualificação profissional para o setor de turismo:** Fortalecer ações de capacitação profissional voltadas às demandas do turismo regional, com foco em atendimento ao cliente, hospitalidade, condução turística, idiomas e competências digitais, por meio de parcerias entre entidades do setor produtivo, instituições de ensino e órgãos de turismo.
- **Incentivo ao turismo de fronteira:** Integrar a promoção turística de Guajará-Mirim à estratégia de desenvolvimento regional e de integração com a Bolívia.

7.2 Eventos, Feiras e Promoção Comercial

Rondônia já conta com a Expo Turismo Rondônia, realizada anualmente em Porto Velho, com entrada gratuita e o objetivo de promover o Estado como destino turístico, iniciativa da qual o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-RO já é parceiro. O desafio deste subeixo é ampliar seu alcance: ganhar escala nacional e internacional, se estender a outros polos além da capital e se conectar a um calendário mais amplo de feiras setoriais do comércio e dos serviços, hoje ainda pouco explorado no Estado.

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

- **Ampliação e interiorização da Expo Turismo Rondônia:** Apoiar a expansão da Expo Turismo Rondônia — inclusive com edições ou ações satélites em outros polos regionais — e o fortalecimento de sua divulgação junto ao trade turístico nacional, mantendo a parceria já existente com o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac-RO.
- **Calendário estadual de feiras setoriais do comércio e dos serviços:** Criar, em complemento à Expo Turismo, um calendário oficial de feiras e exposições voltadas a outros segmentos do comércio e dos serviços, coordenado entre governo do Estado, municípios e Sistema Fecomércio-RO.
- **Incentivos à realização de feiras setoriais:** Oferecer apoio logístico e institucional a sindicatos patronais que promovam feiras e exposições de seus respectivos setores.

 ·  Fecomércio RO · Sindicatos Empresariais ·  Sesc ·  Senac

Sistema Comércio

